

Lacunas informacionais na documentação museológica: uma análise sobre a coleção de bumba meu boi do Maranhão sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro

Mariana Gomes*

GOMES, M. Lacunas informacionais na documentação museológica: uma análise sobre a coleção de Bumba Meu Boi do Maranhão sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro. *R. Museu Arq. Etn.* 41: 197-214, 2023.

Resumo: Este artigo pretende abordar a importância do desenvolvimento e aplicação de novas metodologias baseadas na busca por uma análise e diagnóstico da atual situação que a documentação museológica em museus com a guarda de objetos de cultura popular se encontra. Além disso, procura publicar alguns dos resultados preliminares obtidos a partir da experiência de análise da documentação museológica aplicada diante dos objetos relacionados ao Bumba Meu Boi do Maranhão, sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC) no projeto de pesquisa “Objetos/coleções de cultura popular sob a guarda de museus do estado do Rio de Janeiro”. Junto a isso, este artigo também busca tratar brevemente da historicização do MFEC e dos principais acontecimentos anteriores à sua criação, tais quais a instituição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) até a sua transformação no atual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

Palavras-chave: Base de dados; Cultura popular; Documentação museológica; Museu de Folclore Edison Carneiro; Museologia.

Introdução

Em meio ao cenário observado nas últimas décadas de busca pela ênfase em debates que dialoguem acerca de temas pautados pela democratização e democracia cultural no campo dos museus e da museologia, nasce o projeto “De mapas às redes de interação e cooperação”. Desenvolvido e coordenado pelo Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus/

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Nugep/Unirio) e pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNFCP/Iphan) o projeto é pautado por meio da reflexão de temas relacionados às ações de mapeamento, musealização das culturas populares, uso de tecnologias para a preservação do patrimônio, acesso às informações sobre bens culturais e trabalho em rede com os agentes do campo da cultura. Seu objetivo é mapear coleções e objetos de cultura popular, sob a tutela de instituições museais localizadas no estado do Rio de Janeiro, visando à criação de mapas digitais em plataforma de acesso livre e de

* Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda em Memória e Acervos na Fundação Casa de Rui Barbosa. Assistente de Museologia do Museu do Pontal. <marigodias@yahoo.com.br>

disponibilização gratuita dessas informações e do georreferenciamento dessas instituições.

Dito isso, é a partir desse projeto matriz que se origina o projeto “Objetos/coleções de cultura popular sob a guarda de museus do estado do Rio de Janeiro”, marcado pela busca da criação de rede colaborativa e participativa entre instituições que respondem pela guarda de objetos associados à cultura popular no Rio de Janeiro, para definição das diretrizes mínimas em sua gestão e documentação. Este artigo pretende demonstrar os primeiros resultados de uma das frentes do projeto: a ação-piloto que elegeu quatro instituições para levantamento e análise de seus processos de documentação perante seus acervos de cultura popular, sendo elas: o Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento, o Museu Histórico e Artístico do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e o Museu de Folclore Edison Carneiro, instituição evidenciada neste artigo.

Em paralelo, busca-se trazer à tona discussões a respeito da importância de se pensar no desenvolvimento e aplicação de novas metodologias que auxiliem na análise e, posteriormente, no diagnóstico da atual situação da documentação museológica em museus com a guarda de objetos de cultura popular.

Nesse caso específico, procura-se tratar dos objetos relacionados ao Bumba Meu Boi do Maranhão, sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC). Ademais, busca refletir a respeito das necessidades que tais objetos demandam dentro da perspectiva da documentação museológica. Isto é, quais informações priorizar no processo de documentação desses artefatos e como analisar os seus trajetos e significados.

Os primeiros passos na busca pela valorização da cultura popular

Anterior à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), a Comissão Nacional do Folclore (CNFL) foi criada no ano de 1947 e vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a

Cultura (Unesco) e organizada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Foi a partir da criação da CNFL que se iniciaram as discussões e debates em torno do universo folclórico brasileiro, fato que não apenas proporcionou às manifestações e tradições populares destaque no meio intelectual, como também serviu de porta para a criação de novas outras iniciativas voltadas à preservação desse universo.

Um de seus marcos mais importantes executados foi a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore (1951), que elaborou e aprovou a chamada *Carta do folclore brasileiro*, ou seja, um conjunto de recomendações que buscam a preservação, documentação, divulgação e pesquisa relacionadas ao folclore brasileiro.

Posteriormente, como fruto do crescimento do Movimento Folclórico pelo país, a ascensão de estudos realizados em torno do campo e a crescente necessidade por uma vinculação mais estreita junto ao Estado, foi instituída a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), órgão federal vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (Oliveira, 2010), criado em 1958 pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958, cujos objetivos estão descritos em seu Art. 3º:

- a) promover e incentivar o estudo e as pesquisas folclóricas;
- b) levantar documentação, relativa às diversas manifestações folclóricas;
- c) editar documentos e obras folclóricas;
- d) cooperar na realização de congressos, exposições, cursos e festivais e outras atividades relacionadas com o folclore;
- e) cooperar com instituições públicas e privadas congêneres;
- f) esclarecer a opinião pública quanto à significação do folclore;
- g) manter intercâmbio com entidades afins;
- h) propor medidas que assegurem proteção aos folguedos e artes populares e respectivo artesanato;
- i) proteger e estimular os grupos folclóricos organizados;
- e j) formar o pessoal para a pesquisa folclórica (Brasil 1958).

A CDFB esteve em funcionamento ao longo dos anos de 1958 até 1976. Seu primeiro

diretor-executivo foi o musicólogo e historiador Mozart de Araújo e, em 1961, foi substituído pelo etnólogo, folclorista e historiador Edison de Souza Carneiro (1912-1972), que durante seu mandato fundou a Biblioteca da Campanha de Defesa do Folclore (atual Biblioteca Amadeu Amaral), composta por um vasto acervo bibliográfico que remonta ao século XIX. Criou ainda a Revista Brasileira de Folclore, que circulou entre 1961 e 1976, e promoveu uma série de festivais, documentários e congressos relacionados ao debate e celebração do movimento folclórico nacional.

Em 1964, com o Golpe Militar, Edison foi afastado do cargo em razão de sua vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fato que resultou no enfraquecimento do órgão. Seguidamente, foi substituído por Renato Almeida, secretário-geral da CNFL, grande articulador do Movimento Folclórico (Oliveira 2010: 3). Dentre as iniciativas lideradas pelo novo diretor-executivo destacam-se a criação do Dia do Folclore, pelo Decreto nº 56.747 de 1965 e a criação do Museu do Folclore.

Em 1978, a CDFB foi transferida para a Fundação Nacional de Arte (Funarte)¹ com o nome de Instituto Nacional do Folclore (INF), incorporada como um de seus institutos – os demais sendo o Instituto Nacional de Artes Plásticas, o Instituto Nacional de Música e o Instituto Nacional de Artes Cênicas. Em 1990, durante a presidência de Fernando Collor de Mello, a Funarte foi extinta e transformada em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC)². Dessa maneira, o INF foi transformado em uma coordenação responsável pelas ações relacionadas ao folclore – a Coordenação de Folclore.

Posteriormente, em 1997, com a reestruturação da Funarte³ em seu estatuto, a Coordenação de Folclore passou a ser Centro Nacional de Cultura Popular. E, finalmente, em 2003, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) passou a integrar a

estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como uma de suas Unidades Especiais subordinadas ao Departamento do Patrimônio Imaterial.

Localizado, desde 1976, ao lado do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, o CNFCP apresenta - também sob a sua gestão - a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA), criada em 1961 e que homenageia o jornalista, poeta, folclorista e pesquisador do universo folclórico. A BAA abriga um dos maiores acervos bibliográficos da América Latina dedicado ao universo da cultura popular. Seu acervo conta com obras datadas desde o século XIX e é composto por livros, periódicos, folhetos, teses, folhetos de cordel e recortes de jornais. Além desses, ainda salvaguarda obras fruto de pesquisas que concorreram ao Prêmio Silvío Romero, concurso de monografias instituído em 1959 e promovido pelo CNFCP.

Sua estrutura organizacional conta com: direção, coordenação técnica, coordenação administrativa, divisão de pesquisa e divisão de difusão cultural; Biblioteca Amadeu Amaral e o Museu de Folclore Edison Carneiro, que também são Divisões do CNFCP.

Dentre as suas principais iniciativas, destaca-se o Programa Sala do Artista Popular (SAP), criado em 1983 com objetivo de promover e valorizar a produção artística popular do país. Para isso, a instituição não apenas promove a exposição de obras desses artistas populares para venda, como elabora catálogos⁴, encontros de artesãos e desenvolve ações que ligam tanto a pesquisa, a documentação, o fomento e a difusão do saber fazer tradicional. Fora isso, a SAP disponibiliza no site da instituição uma listagem com dados de contato e localização de todos os artistas que já participaram de edições anteriores das exposições promovidas pelo programa.

Além da SAP, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular desenvolve o Programa de Promoção do Artesanato Tradicional de Tradição Cultural (Promoart), cujo principal objetivo é, segundo o próprio site, “qualificar e ampliar a presença do artesanato de tradição cultural nos

1 Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978.

2 Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990.

3 Decreto nº 2323, de 9 de setembro de 1997.

4 Disponíveis para consulta em: http://www.cnfc.gov.br/interna.php?ID_Materia=176.

mercados interno e externo, promovendo sua dinamização econômica”⁵.

O CNFCP foi responsável pela elaboração do *Tesouro de folclore e cultura popular brasileira*, cujo objetivo é promover a linguagem documentária, controlada e dinâmica relacionada ao universo dos termos relacionados à cultura popular.

E então criase o Museu de Folclore Edison Carneiro

Criado e inaugurado em 1968 pela campanha vinculada ao Ministério da Educação e Cultura por meio de um acordo com o Museu Histórico Nacional (MHN), o Museu do Folclore tinha o objetivo de coletar, registrar, catalogar, classificar, conservar e divulgar acervo específico do folclore nacional (Abreu 1990).

Intitulado inicialmente como Museu do Folclore, ocupou por pouco tempo um pequeno pavilhão nos jardins do Museu da República, que na ocasião era a Divisão de História da República do MHN. A proposta de criação do museu já trazia em suas primeiras discussões a ideia de ser um museu escola ou museu experimental para alunos do Curso de Museus dentro das instalações do MHN. Tal atribuição também pode ser observada quando o então diretor, Aécio Oliveira cita, em entrevista para Vânia de Oliveira (2011:164), “o papel do jovem Museu de Folclore como laboratório para estudantes de todos os níveis, e privilegiadamente do Curso de Museus”.

Mas, foi em 1978⁶ que o museu passou a ter uma sede própria, localizada na antiga garagem do Palácio do Catete, local em que até hoje se encontra parte de suas instalações. Esse fator foi igualmente crucial para que o Museu do Folclore ganhasse mais autonomia diante das influências

vindas do Museu Histórico Nacional, ainda que, em suas primeiras exposições, tenha contado com auxílio de técnicos do MHN em suas montagens (Abreu 1990).

Foi em 1976 com a promulgação da Lei nº 6.353, de 13 de julho de 1976, que o museu passou a ser denominado pela maneira como o conhecemos hoje, homenageando Edison Carneiro.

Interessante notarmos a característica histórica da instituição, marcada pelos ideais folcloristas, que influenciaram profundamente seu funcionamento em seus períodos iniciais de atuação. Porém, conforme Oliveira (2011) bem pontua, com o passar das décadas, o museu e seus profissionais romperam com tais pensamentos. No trecho “no Seminário realizado em 1984 logo após a inauguração da nova exposição, o termo [folclore] só é utilizado pela então chefe do museu – Claudia Marcia Ferreira –, quando se referia a programas e projetos do passado” (Oliveira 2011:147, acréscimo do autor) é possível observar esse exemplo.

Inclusive, em 1984, uma exposição no MFEC passou a ser pensada como “vitrine avançada” que, segundo Oliveira (2011: 171) demonstrava “a passagem da perspectiva folclorista, para a perspectiva antropológica” contrapondo as exposições anteriores ainda carregadas com pensamentos dos folcloristas. A autora também destaca os termos que passaram a ser mais utilizados pela instituição e pelos intelectuais da época: cultura popular, cultura material e arte popular. Ou seja, o objetivo institucional passa a priorizar o entendimento do homem brasileiro, considerando a pluralidade da identidade cultural brasileira (Oliveira 2011).

Atualmente, o MFEC caracteriza-se como um museu público federal e está integrado à estrutura do CNFCP/Iphan.

Segundo a atual chefe do MFEC, Elizabeth Pougy, em entrevista realizada por meio da plataforma StreamYard, o museu conta com cerca de 17 mil obras da cultura popular brasileira, dentre elas obras coletadas durante a atuação da Campanha durante os anos de 1958 até 1968, que são constituídas por

5 Disponíveis para consulta em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=176

6 Portaria nº 28, de 9 de novembro de 1978, Art. 2º: “Fica transferida para a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro a área situada na Rua do Catete, 53/179, na cidade do Rio de Janeiro, correspondente à antiga Garagem do Palácio do Catete, para instalação do Museu de Folclore Edison Carneiro, criado pela Lei nº 6353/76 de 13 de julho de 1976.”.

doações efetuadas às comissões estaduais e à comissão nacional. Os demais objetos componentes do acervo são oriundos de doações de colecionadores particulares e artistas, bem como de aquisições feitas por meio do programa SAP e outros projetos, como Projeto Artesanato Brasileiro (PAB) e Programa de Promoção do Artesanato Tradicional de Tradição Cultural (Promoart).

E, para além da exposição de longa duração intitulada “Os objetos e suas narrativas”, a instituição ainda conta com exposições temporárias na Galeria Mestre Vitalino e a galeria da Sala do Artista Popular (SAP).

Objetos do Bumba Meu Boi do Maranhão sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro

Caracterizado como um festejo popular, o Bumba Meu Boi do Maranhão é voltado não apenas para celebração do renascimento e morte do Boi, como também se relaciona diretamente à devoção da comunidade aos santos juninos, característica essa que representa a relação da festa ao catolicismo e cristianismo popular. No Maranhão, a manifestação apresenta oficialmente cinco ritmos ou sotaques, sendo eles o sotaque da Baixada, o sotaque da Ilha, o sotaque de costa de mão, o sotaque de orquestra e o sotaque de zabumba. Porém, vale comentar que existem outros ritmos e variações de estilo não oficiais pelo Estado.

Além disso, é relevante destacar que, em 2011, o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão foi inscrito no *Livro de registro de celebrações: bens culturais imateriais* do Iphan e, em 2019, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco.

A alegoria contada junto ao festejo se baseia em uma história tradicional⁷, cujos personagens principais são o Boi, Catirina e Pai Francisco. Outros personagens que também são

possíveis de serem encontrados no festejo são os cazumbas, baiantes, índias(os), burrinha, onça, pajé ou curandeiro.

O ciclo de apresentações do bumba meu boi no Maranhão costuma ser aberto ao público no período junino, porém tanto o batizado quanto o ritual da morte do Boi ocorrem em datas diferentes. Sendo a primeira (normalmente) na véspera do dia de São João e a segunda nos últimos meses do ano (setembro ou outubro). As apresentações do bumba meu boi acontecem com a participação dos moradores das comunidades, que convidam os grupos a adentrarem suas casas e as abençoarem. Porém, festivais dedicados à celebração dessa tradição também são comuns pelo Estado.

Ademais, é possível observar no festejo a sua potência como ferramenta para suporte socioeconômico da comunidade em que ocorre. Esse exemplo pode ser visto ao longo da fala de Thalyene Cruz Melonio (2021)⁸ durante a mesa-redonda “Os saberes e os fazeres tradicionais populares”, organizada pelo Nugep/Unirio. Nela, Melonio evidenciou a importância dos serviços oferecidos por bordadeiras(os) e artesãs(ões) locais para a confecção de peças fundamentais para que ocorra a celebração do bumba meu boi; por exemplo, a confecção de trajes dos personagens, do couro do boi, das caretas de cazumba, dos chapéus de fita e outros.

Não obstante, alguns grupos do bumba meu boi do Maranhão contam com profissionais coreógrafos, cantadores, percussionistas e administradores para as áreas administrativa e financeira das organizações. Em outras palavras, a manifestação é responsável por manter a renda e ocupação de famílias que vivem do trabalho relacionado ao festejo.

Posto isso, a fim de abordarmos com maior precisão os objetos referentes ao bumba meu boi do Maranhão que se encontram sob a guarda do Museu de Folclore Edison Carneiro, vale repetir que este estudo se encontra

7 Esta pesquisa não se atará a expor a história da lenda, justamente pela mesma possuir muitas variações a depender da região em que se escuta a história. Porém algumas das versões podem ser facilmente encontradas na *internet*.

8 Produtora cultural, mestranda em artes cênicas, bailarina e professora de danças populares, artesã e integrante do Bumba Meu Boi da Floresta (do Mestre Apolônio Melonio), de São Luís/MA.

estritamente atrelado a uma frente de pesquisa relacionada ao projeto de pesquisa.

Dito isso, a fim de realizar um levantamento preliminar dos objetos relacionados ao bumba meu boi do Maranhão que o MFEC detinha, foram realizadas buscas na base de dados PHL@Elysio. Dessa forma, optou-se pela busca por palavras-chave (na modalidade de usuário na base de gerenciamento do museu) que se relacionassem ao festejo e ainda, a filtragem por resultados referentes apenas aos objetos museológicos.

Essa estratégia não só permitiu que conseguíssemos levantar o número total de objetos, como também permitiu que não fossem misturados objetos referentes ao MFEC e a BAA, já que ambos se encontram catalogados na mesma base de dados. Fora isso, foi possível a geração de uma lista contendo as principais informações dos objetos encontrados, o que permitiu que posteriormente fosse passada para o formato em planilha Excel, a fim de facilitar as etapas seguintes da pesquisa.

Na lista das tipologias dos objetos relacionados ao Bumba Meu Boi do Maranhão levantados por meio dessa primeira etapa encontram-se os seguintes: (1) esculturas: bois, caboclo de penas, conjunto de bumba meu boi, roda do bumba meu boi, tocadores (de zabumba, tambor, matraca) e vaqueiro; (2) indumentárias: bata, blusa, braçadeira, calça, capacete, careta de cazumba, chapéu, cofo, coroa de tapuios, couro do boi, fantasia, gola, lança de vaqueiro, paletó, peitoral, perneira, pulseira, saiote, tornozleira e vara de ferrão; e (3) instrumentos musicais: chocalhos, cuica, maracá, matracas, pandeiro e pandeirão.

Além das tipologias das obras levantadas, foi possível observar as suas datações. Sendo que os objetos mais antigos da lista remontam ao ano de 1960 e os mais recentes de 2012. Dentre elas, há objetos advindos das cidades de São Luís, de Cururupu e de Matinha, e dos bairros da Liberdade, Monte Castelo, Goiabal, Areinha e da comunidade rural Tajipurú. Todos os bairros pertencentes à cidade de São Luís/MA.

Outra informação adicional inclui a identificação de alguns grupos do Boi do

Maranhão cujos objetos se relacionam. Porém, vale destacar que dentre todos os objetos levantados, apenas 14 possuem tal identificação, sendo eles relacionados aos Bumba-Meu-Boi do CEIC, Bumba-Meu-Boi Encanto da Ilha, Bumba-Meu-Boi da Fé em Deus, Boi Maracanã e Bumba-Meu-Boi Nossa União de São Cristóvão. Quanto aos sotaques, foram identificados na documentação de apenas 11 objetos com tal referência, sendo eles os sotaques da Baixada, de Costa-de-Mão, de Orquestra, de Matraca e de Zabumba.

Fora essas informações, há um dado a respeito dos objetos que deram entrada na instituição entre os anos 1960 e 1970. Até o momento, não foram encontradas informações nos arquivos do museu referentes às primeiras anotações realizadas pelos folcloristas durante suas campanhas pelo Brasil para a coleta desses objetos. Isso talvez se deva pelo fato desses objetos terem sido coletados bem antes da criação do museu e, conseqüentemente, essas informações podem ter se desconectado dos objetos. Dessa forma, seriam necessárias pesquisas focadas nos arquivos documentais provenientes da CDFB, provavelmente localizados nos arquivos do CNFCP, que ainda estão sendo organizados.

Sendo a primeira coleta datada de 1960 em uma pesquisa sobre o folclore da região de Januária/MG. Fora as anotações de campo pertinentes às pesquisas realizadas pela Campanha, também não é possível encontrar documentos relacionados à coleta e a entrada desses objetos na instituição.

Isso, de certa forma, impossibilita a análise e reflexão a respeito de informações relevantes quanto à origem de tais objetos, ou até a maneira como folcloristas enxergavam os mesmos. Melhor dizendo, quais eram as informações mais priorizadas nas anotações; ou até se existia algum tipo de espaço dentro dessas anotações para documentar falas vindas das comunidades e artistas.

Em vista disso, novamente é possível concluir que se torna fundamental a realização de pesquisas nos arquivos institucionais, para além da documentação museológica existente.

A documentação museológica no Museu de Folclore Edison Carneiro

Define-se a documentação museológica como uma ampla prática de gestão, cabendo a ela os processos de registro, organização e manutenção da informação, sendo hoje, não mais limitada a um conjunto de métodos ou normas de classificação. E, embora sua importância dentro de instituições museológicas não tenha tido reconhecimento antes do século XX, hoje observa-se a ampliação de discussões a respeito de sua importância como suporte não só para o desenvolvimento de atividades internas nos museus, como também para pesquisa (Ceravolo & Tálamo 2000: 242).

Como bem pontua Luisa Rocha (2019), hoje existe uma demanda pelo estabelecimento de vínculos que relacionam os objetos musealizados às pessoas, seus contextos, fenômenos e identidade. Isto é, o estabelecimento de narrativas compartilhadas para uma documentação museológica voltada a favor da articulação entre os objetos e seus múltiplos significados:

Segundo Rocha (2019: 19) “na atualidade, documenta-se não apenas os valores simbólicos institucionalmente atribuídos ao objeto [...] mas também um novo universo de significados oriundos das relações travadas ‘com os seres humanos que lhes dão sentido’”

Dito isso, torna-se importante destacar que, ainda nos anos iniciais de criação do museu até a década de 1970, o MFEC se encontrava “mais preocupado com a formação do acervo do que com a sua catalogação e conservação” (Mendonça 2008: 87). Por outro lado, entre 1976 e 1980, a instituição deu início a uma reformulação na maneira de catalogar seus objetos. Melhor dizendo, foram incluídos novos campos relacionados ao ano de produção e localização dentro da reserva técnica. Conforme Mendonça (2008) esses limitavam-se ao nome dos objetos, sua procedência e matéria-prima. Todavia, nos livros se registrava o nome dos antigos proprietários.

A forma como eram realizadas as primeiras catalogações desses objetos destacam o privilégio de informações a respeito dos objetos por si só,

“sem considerar os contextos socioculturais em que eram produzidos assim como seus usos e significados” (Mendonça 2008: 87). Maneira que se contrapõe ao pensamento levantado por Rocha anteriormente, em que ela destaca a atual importância do processo de documentar os múltiplos significados que dão sentido aos objetos.

Ainda segundo Pougy, apesar de não haver um registro histórico do processo de documentação no MFEC pelo material que se encontra no museu ainda hoje, pode-se traçar o caminho percorrido. Inicialmente, foram utilizados os livros de tomo e, posteriormente, ao que parece, foram incorporadas as fichas técnicas em papel, as chamadas fichas de inventário e outras fichas, como geral (versão resumida da ficha de inventário e arquivada na reserva técnica), topográfica, que serve como ficha de controle da movimentação dos objetos, ficha de autor, ficha de material e ficha de origem e ficha de coleta. Esse formato em papel persiste até hoje, convivendo com o formato informatizado das bases de dados, introduzido na instituição no final da década de 1990.

Porém, vale destacar que mesmo essas fichas, com o passar dos anos, também tiveram campos modificados ou acrescidos, dedicados à documentação de informações a respeito do doador ou antigo proprietário, tais quais os campos de coletor, nome do doador e história da utilização desses objetos (Mendonça 2008). Esses campos permitiam que a instituição obtivesse informações anteriores à musealização do objeto, ou seja, possibilitando ao museu traçar a vida social desse artefato, aproximando-se do pensamento de Luisa Rocha (2019).

Consoante Mendonça (2008), além de passar a se preocupar com a chamada “vida social dos objetos”, sendo que a documentação realizada pelo museu em 1980 já buscava levantar informações a respeito das características físicas dos objetos. Fora isso, eram realizados processos de indexação coordenada por meio de fichários, em que privilegiavam referências a respeito da relação do autor/artista e objeto.

Estendendo tal reflexão, vale destacar que o MFEC elaborou o chamado *Manual de registro e catalogação do acervo do Museu de Folclore*

Edison Carneiro. Sendo divulgado internamente, no ano de 2014, buscou reunir normas do campo da documentação museológica adaptadas ao que o acervo da instituição e ao que o próprio museu demanda.

Foi ao longo das pesquisas realizadas desde 2007 para a produção do manual, que o museu alcançou a elaboração de um novo modelo de fichas de inventário para seus objetos. Atualizando campos antigos que não permitiam a coleta de maiores informações e a criação de outros novos. Desse modo, “na nova ficha, alguns campos foram alterados e/ou desmembrados por serem insuficientes para cobrir a gama de possibilidades de informação” (Manual de Registro 2014). Ao final, a nova ficha ficou estruturada da seguinte maneira: área de identificação, histórico do objeto, incorporação e identificação física.

Fora esse manual, o MFEC também elaborou outro, dedicado à parte informatizada da documentação museológica da instituição. Tal ferramenta, intitulada Manual para Preenchimento de Formulários e Orientações para Procedimentos da Base de Dados PHL Museu, foi adotada em 2015. Porém, esse assunto será abordado com maior profundidade no próximo tópico dedicado exclusivamente ao processo de informatização no museu.

Outro ponto indispensável para se tratar quanto aos processos relativos à documentação museológica executados ao longo dos anos no MFEC é a criação do *Tesouro de folclore e cultura popular brasileira*. Para Mendonça (2008: 93), o tesouro está associado “a forma de organização de vocabulário de indexação” e, bem como citado na publicação do Iphan (2015), é indispensável reconhecer a importância da criação de uma publicação que construisse e trouxesse uma lista de terminologias com objetivo de organizar o conhecimento. Dessa forma, o tesouro garante a transmissão e recuperação da informação, recuperação essa que passa a ser realizada não só com maior precisão, como também com agilidade e praticidade.

Vale destacar que alguns dos termos encontrados no tesouro passaram a ser utilizados pelo MFEC para a formação de

seu vocabulário controlado, atualizando aos poucos os termos registrados na base de dados atualmente em uso pela instituição, o PHL@Elysio – Personal Home Library.

A introdução da informatização no processo de documentar

Conforme descreve Pougy, a primeira incursão do MFEC na informatização de seu acervo começou no início da década de 1990⁹, quando as fichas de inventário foram planilhadas com seus dados básicos, apenas para que fosse possível realizar a identificação dos objetos. Essas planilhas eram repassadas à Funarte, em que eram inseridas no Sistema de Museus (Sismu) por digitadores contratados para esse serviço.

De início, apenas as fichas dos objetos que se encontravam localizados na exposição de longa duração da instituição foram informatizadas, porém, com o tempo, foram sendo inseridas as informações das fichas restantes.

Com a introdução da microinformática e a adoção de microcomputadores pessoais, o sistema foi substituído pelo sistema Argonauta[®], de criação da mesma equipe que desenvolveu o Sismu, mas agora um sistema comercial, cuja licença foi doada ao CNFCP pelo fato da instituição ter servido de base para o desenvolvimento do sistema. Isso foi em 1998, com a aquisição do primeiro microcomputador para o museu, permitindo que a digitação passasse a ser realizada dentro da instituição, por um digitador contratado.

Seguidamente a esse processo, o sistema Argonauta[®] foi sendo alimentado com outros metadados (além dos básicos, já citados anteriormente). Porém, quando a contratação de terceiros para a realização desses serviços foi impedida, a situação da informatização das

9 Incursão esta, ocorrida ainda sob a gestão da FUNARTE, pelo Centro de Documentação (CEDOC). A equipe deste setor criou um sistema intitulado Sistema de Documentação (SISDOC), que posteriormente foi subdividido em Sistema de Biblioteca (SISBIBLIO) e o Sistema de Museus (SISMU), este último com foco em museus.

fichas ficou prejudicada, visto que a equipe do museu era pequena para se dividir entre os diversos serviços. (Fig. 1) No início dos anos 2000 havia mais pessoas na equipe, mas não tinha computador para todos, apenas um para todo o setor, e todos dividiam um computador para todo tipo de serviço, não só

para acesso à base de dados. Em torno de 2004 foi introduzido o sistema Linux na instituição, por orientação do governo federal, e vários computadores danificados puderam ser utilizados como terminais Linux, ampliando, assim, o acesso da equipe e sendo introduzida uma intranet para usuários do CNFCP.

Fig. 1. Metadados disponíveis no sistema Biblioteca Argonauta®.
Fonte: CNFCP, 2006.

Uma característica importante a ser destacada a respeito do Argonauta® é a de que – assim como o PHL@Elysio) – ele era um sistema criado por bibliotecários e analistas de sistemas. Por isso, a maneira como se dispõe, não se baseava no campo museológico. Para Pougy, isso se deve por conta de que tanto o museu quanto a museologia no Brasil não haviam se debruçado em pesquisas focadas em questões relativas aos metadados.

Foi uma construção lenta. O sistema foi criado a partir dos campos das fichas de inventário, mas contava, por exemplo, com formulários (ou “bibliotecas”) para autores (com mini biografias agregadas); controle da movimentação do acervo, etc, além de funcionalidades como correção em cascata,

que permitia a correção de blocos de fichas ao mesmo tempo, coisa que o PHL não faz. Ele [Argonauta] era mais amplo do que as fichas, mas não chegamos a utilizar o suficiente a ponto de sabermos tirar o melhor dele. E não chegamos a propor atualizações e adequações ao acervo museológico, coisa que fizemos com o PHL (Pougy 2022).

Além disso, o sistema funcionava via intranet, sendo possível ser acessado apenas com ajuda dos terminais existentes dentro do museu. Não sendo permitidas consultas ou atualização via internet. Fato esse que, apesar de não ser o principal, impulsionou a busca por outros sistemas/bases de dados que permitissem tal acesso.

Porém, foi devido a certos conflitos de interesses e cobranças para a manutenção do

sistema, que o sistema Argonauta® passou a não ser mais utilizado pela instituição. Todavia, vale destacar que o sistema, por sua vez, permanece disponível para consultas internas. Dessa forma, é possível acessar sua interface e as informações das fichas de inventário incluídas pela equipe do Museu.

Conforme Pougy (2022), antes da migração do sistema Biblioteca Argonauta® para o PHL@Elysio em 2008, foi realizado um levantamento em diversas bases de acervos museológicos e sistemas de gerenciamento de acervos – principalmente canadenses, ingleses, franceses, espanhóis e portugueses. Além do Donato, adotado pelo Museu Nacional de Belas Artes.

Tal estratégia se deu como forma de se aprofundar a respeito de quais seriam os campos e metadados fundamentais adotados pelo museu tanto na sua documentação quanto na sua nova base de dados. Essa pesquisa levou a adoção de um novo modelo de ficha/formulário ideal. Porém, apesar disso, esses metadados muitas vezes não são preenchidos, seja pela falta de informações disponíveis na documentação sobre os objetos, seja pela falta de pessoal para realização de pesquisas para o preenchimento.

Em documento intitulado *Tecnologia da informação e informatização de acervos*, cedido pela chefe do MFEC para pesquisa, também é possível observar a seguinte justificativa para busca pela informatização dos processos de gestão e documentação ocorridos no CNFCP:

Neste contexto, a prioridade que a implementação da tecnologia da informação vem assumindo com destaque para a gestão de acervos digitais, justifica-se por ser a única forma de garantir no futuro: integridade, autenticidade, confiabilidade e acessibilidade, do testemunho que estão armazenados nos registros de nossa memória (CNFCP 2014b).

Atualmente, a base de dados utilizada pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular é o PHL@Elysio (2001). Esse sistema é utilizado tanto pelo MFEC quanto pela BAA de maneira compartilhada. Isso faz com que a base de dados possua de forma simultânea em seu sistema objetos museológicos, objetos bibliográficos

e arquivísticos. Porém, mesmo utilizando um único sistema, é como se fossem duas bases de dados, o que permite a saída de resultados de busca diferenciados (tanto do museu quanto da biblioteca). Além disso, a base de dados é aberta para consultas do público geral de maneira online e sem necessidade da solicitação de autorização. O que também amplia o acesso ao acervo da instituição. Por meio dessas buscas (realizadas pelo público em geral) é possível obter uma visão ampla de todo acervo que existe no CNFCP sobre o tema pesquisado sem ter a necessidade de acessar separadamente o acervo da BAA ou do MFEC.

Isso só é possível por conta das duas licenças que o CNFCP adquiriu do PHL. O sistema foi desenvolvido, primeiramente, para atender apenas às bibliotecas e arquivos. Por isso, o MFEC teve de adaptá-lo para que o sistema atendesse às demandas que a instituição guarda possui. Dentre as adaptações realizadas estão a customização dos chamados formulários do catálogo e do tomo, os quais, após estudo, o museu modificou e readequou os metadados disponíveis.

Outro dado importante a ser destacado a respeito do PHL é a maneira como os seus metadados são nomeados dentro da base de dados, sendo indicados por números, utilizando como base o formato UNISIST/Unesco. Para além disso, o sistema classifica seus metadados como de preenchimento obrigatório, essencial e facultativo, e permite selecionar os que estarão disponíveis para visualização completa por usuários autorizados, e visualização externa, para o público geral.

Porém, para além do já exposto, e a partir das reuniões que ocorreram com a equipe do MFEC, é relevante destacar a carência de informações a respeito das primeiras obras incorporadas ao museu logo nos anos iniciais de sua criação. Como exposto anteriormente, essas obras teriam sido incorporadas ao museu a partir das coletas ocorridas durante as pesquisas de campo realizadas pela CDFB pelo Brasil (realizadas pelos folcloristas). No entanto, essas obras carecem de documentos que comprovem suas procedências, formas de coleta e a maneira como foram catalogadas e documentadas pelos folcloristas - se é que foram.

Novas metodologias para diagnóstico: análise da atual situação da documentação museológica dos objetos do Bumba Meu Boi do Maranhão

Neste tópico, apresento as metodologias e principais resultados obtidos quanto ao levantamento das lacunas informacionais existentes dentro dos formulários de catálogo e do tomo desenvolvidos pelo museu a partir do que é disponibilizado no PHL. Sendo assim, torna-se crucial ressaltar que as metodologias das etapas apresentadas a seguir foram fruto de um esforço conjunto e colaborativo entre bolsistas e voluntários graduandos e graduados do curso de museologia da Unirio. E que aqui, servirão como ferramenta auxiliadora nos processos de análise e levantamento frente a documentação dos objetos relativos ao bumba meu boi do Maranhão, sob a guarda do MFEC.

Etapas de levantamento das lacunas informacionais

Para a próxima etapa da pesquisa, foram evidenciadas as lacunas informacionais

existentes na documentação dos objetos do bumba meu boi do Maranhão. Logo, foi necessária a criação de uma nova metodologia que não apenas se encaixasse nos objetivos deste estudo, como também permitisse a realização de um primeiro levantamento quantitativo do volume de lacunas informacionais presentes nos formulários de catálogo e de tomo dos objetos de pesquisa presentes na base de dados da instituição (PHL@Elysio). Dessa forma, foi elaborado de maneira intuitiva uma planilha pela ferramenta Microsoft Excel, que atendesse às necessidades da pesquisa.

A organização dessa planilha ao final de sua elaboração ficou da seguinte maneira: foram dispostos verticalmente os números de registros. Em seguida, foram dispostos horizontalmente cada metadado utilizado tanto no formulário do catálogo quanto no tomo (Fig. 2). A diferenciação dos formulários levantados – catálogo e do tomo – foi feita por distinção de cores nas colunas; sendo amarelo para os metadados presentes nos formulários do catálogo e laranja para os presentes nas do tomo.

Nº de Registro	Status	001	002	003	103	005	006	009	010	011	012	014
69.335	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69.336	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69.404	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69.405	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69.406	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
70.100	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
71.25/27 e 29	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
71.25	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
71.26	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
71.27	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
71.28	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
71.29	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
74.25	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
75.103	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
75.123	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
75.328	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
75.329	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
75.331	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.2	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.3	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.4	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.5	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.1659.6	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
76.97.16	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fig. 2. Tabela elaborada para o levantamento quantitativo de lacunas informacionais. Fonte: Nugep, 2021.

Dito isso, os principais resultados da aplicação dessa metodologia frente aos formulários do catálogo e tomo dos objetos de bumba meu boi do Maranhão, sob a guarda do MFEC foram os seguintes: o total de números de registros aplicados na tabela foram 117. Constatou-se um total de 53 metadados ativos, ou seja, preenchidos nos formulários analisados) referentes ao formulário do catálogo e 27 para o formulário do tomo.

O preenchimento das linhas em branco foi realizado de maneira horizontal. Assinalou-se sim para os metadados preenchidos, de acordo com o número de registro do objeto analisado. E não para os metadados não preenchidos. Ao final do preenchimento da planilha inteira, foi possível calcular a média de preenchimento de todos os metadados presentes em cada ficha e tirar suas correspondentes porcentagens de preenchimento. Dessa maneira, tornou-se possível a identificação dos metadados mais ou menos preenchidos dentro do conjunto de objetos analisados.

Por último, foram retirados da planilha os metadados que não se encontravam preenchidos em nenhum dos formulários analisados, isto é, que tiveram porcentagem final igual a zero), fazendo assim, com que a planilha tivesse apenas aqueles metadados que foram preenchidos ao menos uma vez em algum dos formulários analisados.

Sendo assim, ao final dessa etapa, chegou-se a um total de 38 (71,69%) metadados preenchidos pelo menos uma vez nos formulários do catálogo, e 16 (59,25%) metadados preenchidos ao menos uma vez nos formulários do tomo. Porém, se observou que apenas 12 (22,64%) metadados foram preenchidos 100% das vezes nos formulários do catálogo, e 6 (22,22%) nos formulários do tomo – números muito abaixo da média ideal de preenchimento.

Os principais metadados do formulário do catálogo com a maior porcentagem de preenchimento, sendo ela de 100%, foram os seguintes: status, código da biblioteca (001), identificação do objeto (002), nº de registro (003), tipo de objeto (005), nível de catalogação (006), separata (009), autor (016), restrições (090) e

materiais (095). Quanto aos metadados 998 e 999, que também tiveram a porcentagem máxima de preenchimento, eles equivalem aos códigos gerados pela base de dados.

Quanto aos principais metadados com preenchimento de 100% do formulário do tomo, estes foram: ID. título (800), tomo (801), status (807), fornecedor (821) e outros documentos (835). Já o metadado 997, com porcentagem de preenchimento máxima, equivale a um código gerado pela própria base de dados. Além disso, tanto o metadado código da biblioteca quanto o ID. título são metadados de preenchimento automático feitos pela própria base de dados do PHL@Elysio.

Tais resultados permitiram observar uma carência no preenchimento de informações relacionadas ao histórico e trajetos dos objetos estudados. Mantendo as taxas mais altas de preenchimento para os metadados dedicados à identificação do objeto, ou seja, número de registro, nome, autor e material.

Concluindo, tal forma de levantamento permitiu que fosse percebido pela pesquisa que, atualmente (maio de 2022), a porcentagem de metadados possíveis de preenchimento, em contraponto aos já preenchidos dentro da documentação referente aos objetos de bumba meu boi do Maranhão se mostra baixa. Porém, é importante destacar que tal conclusão se deve em partes ao fato da instituição não possuir documentos suficientes referentes às obras mais antigas, vindas da atuação da campanha pelo país.

Etapa de análise da base de dados PHL@Elysio

Para a concepção da próxima etapa da pesquisa, e buscando fontes bibliográficas já valiosas na área da documentação museológica, foram consultadas as seguintes obras: *Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC*, de 2014, e o *Spectrum 4.0: padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido*, de 2016. Significativas publicações voltadas à criação de normas e padrões com objetivo de otimizar a

gestão e documentação de coleções, sendo a primeira, uma obra originalmente publicada pelo Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus/Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM). E a segunda, uma obra publicada originalmente pela Collections Trust, organização britânica voltada a trabalhos relacionados a museus, bibliotecas, galerias e arquivos.

Ambas as obras foram traduzidas e publicadas em versão brasileira pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, como parte da coleção de livros intitulada *Gestão e documentação de acervos: textos de referência*, concebida pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, pelo Museu da Imigração e pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico da Secretaria da Cultura.

Essas obras não só serviram de base para pesquisa, como também foram cruciais para a

elaboração de uma planilha que permitisse a análise da base de dados utilizada pelo MFEC. Tal planilha foi criada por meio da plataforma Microsoft Excel, e foi intitulada como “Análise checklist: metadados”.

Os objetivos dessa etapa foram:

(1) analisar se os metadados selecionados contemplam as necessidades que os objetos da coleção bumba meu boi do Maranhão demandam; (2) analisar se os tópicos aquisição e catalogação contemplam as necessidades que os objetos da coleção bumba meu boi do Maranhão demandam; e, por fim, (3) realizar um diagnóstico da atual situação em que se encontra a base de dados PHL@Elysio para com as necessidades e demandas que os objetos da coleção bumba meu boi do Maranhão exigem. As colunas da planilha foram organizadas entre contempla, parcialmente, não contempla e inexistente (Fig. 3).

Análise Checklist - Metadados	
Contempla	equivale aos metadados existentes na base de dados que permitem o preenchimento da informação referente ao subtópico analisado.
Parcialmente [contempla]	equivale aos metadados existentes na base de dados que, apesar de não ideais, contemplam de maneira adaptada a informação referente ao subtópico analisado.
Não contempla	equivale aos metadados que, mesmo existentes na base de dados, não são suficientes para o preenchimento da informação referente ao subtópico analisado ou não dedicam-se exclusivamente ao subtópico analisado.
Inexistente	para aquelas informações que não conseguem ser inseridas na base de dados, seja por não existirem metadados dedicados ao assunto, seja por falta de adaptações.

Fig. 3. Critérios para preenchimento da tabela “Análise checklist: metadados”.

Fonte: Nugep, 2021.

Além disso, outras informações consideradas relevantes a partir da pesquisa, assim como observações foram adicionadas na planilha no formato de comentários.

Sendo assim, foi possível analisar em níveis o quanto os campos e metadados que o PHL disponibiliza conseguem contemplar os

tópicos organizados em linhas. De tal modo, esse modelo permitiu avaliar metadados que demonstram insuficiências para contemplar certas necessidades que objetos da cultura popular demandam, tal qual o histórico do objeto, que corresponde ao subtópico experiência pessoal do proprietário (Fig. 4).

Análise Checklist - Metadados						
Museu de Folclore Edison Carneiro (M FEC)						
Tópicos	Nº	Subtópicos	Contempla	Parcialmente	Não contempla	Inexistente
1. Aquisição	1.1	Fonte / origem da aquisição	✓			
	1.2	Antigo proprietário				✓
	1.3	Tipo de aquisição		✓		
	1.4	Data de aquisição		✓		
	1.5	Justificativa / razão da aquisição				✓
	1.6	Número anterior		✓		
	1.7	Outro tipo de número				✓
	1.8	Experiência pessoal do proprietário				✓
	1.9	Transferência de título				✓
	1.10	Autorização da aquisição				✓
	1.11	Condições da aquisição		✓		
	1.12	Preço da compra				✓
	1.13	Avaliação Monetária				✓
2. Catalogação	2.1	Número do objeto	✓			
	2.2	Outro número			✓	
	2.3	Nome do objeto	✓			
	2.4	Número de objetos	✓			
	2.5	Localização atual	✓			
	2.6	Breve descrição	✓			
	2.7	Histórico do objeto	✓			
	2.8	Características distintivas	✓			
	2.9	Histórico de publicações		✓		
	2.10	Comentários	✓			
	2.11	Tipologia	✓			
	2.12	Cor				✓
	2.13	Dimensão	✓			
	2.14	Inscrição	✓			
2.15	Material	✓				
2.16	Fotografia			✓		
2.17	Referência a outros arquivos			✓		

Fig. 4. Tabela “Análise checklist: metadados”.

Fonte: Nugep, 2021.

Por intermédio da análise perante os metadados adaptados pelo museu no PHL@ Elysio, chegou-se a um total de 13 metadados que contemplam, sete que parcialmente contemplam, um que não contempla e oito inexistentes.

Importante destacar que os subtópicos referentes ao antigo proprietário e a experiência pessoal do proprietário, geralmente coletados durante o processo de aquisição dos objetos, foram assinalados como inexistentes e não contemplam – lê-se em ordem – dentro da pesquisa. O que se contrapõe o exposto por Mendonça, quando trata a respeito da documentação de assunto semelhante em papel – a história da utilização desses objetos.

Dessa forma, é curioso pensarmos que existe um metadado dedicado ao histórico do objeto (assinalado como contempla na pesquisa). Tal metadado, apesar de conter informações históricas, não se dedica exclusivamente a buscar compreender a maneira

como tal objeto era utilizado pelo antigo proprietário por meio de relato.

Inclusive, vale assinalar que, dentro do levantamento de lacunas informacionais, o metadado dedicado ao assunto, intitulado no formulário do catálogo como dados históricos, possui apenas 48,70% de metadados preenchidos. Fato que, dada a importância do assunto para se obter referências históricas a respeito dos usos, trajetos e significados desses objetos, a taxa de preenchimento demonstra-se baixa.

Outro subtópico interessante a ser analisado refere-se às características distintivas dos objetos, assinalada como contemplada dentro da pesquisa e correspondendo aos metadados técnica de confecção, materiais, assinaturas e marcas, inscrições e dimensões do objeto dentro do PHL@ Elysio. Suas porcentagens de preenchimento, em contraponto ao histórico, demonstraram-se altas – à exceção de assinaturas e marcas e

inscrições. Sendo eles (em ordem): 95,70%; 100%; 1,70%; 0,90% e 85,50%.

Análogo a este subtópico, outro importante metadado para a identificação do objeto é a fotografia, que acabou sendo preenchida ao longo da análise como parcialmente. Isso se deve por conta de que, apesar de crucial para a primeira identificação visual e dinâmica do acervo, esse metadado dentro da base de dados PHL@Elysio apresenta alguns problemas quanto à geração de link dessas fotografias. O que dificulta, em parte, a inserção das imagens na base de dados.

Fora o problema citado anteriormente, Pougy destaca:

Acho que o maior problema aqui é que nem todo o acervo está fotografado. Em 2005 tivemos apoio da Fundação Vitae – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social na realização do projeto ‘Aprimoramento dos Sistemas de Catalogação Informatizada do Acervo’, quando foram fotografados cerca de 40% dos objetos. Grande parte do que já está documentado ainda não foi fotografada, então, para minimizar essa falta, a partir de 2012 passamos a utilizar as câmeras de celular para fotografar os novos objetos a serem catalogados.

Conseqüentemente, o metadado dedicado a inserção de imagens, intitulado código HTML apresenta apenas 46,20% de preenchimento. Porcentagem essa que, dada sua importância, é baixa.

Ao final da análise, foi possível observar que o tópico dedicado aos assuntos relacionados à etapa de aquisição demonstrou que os metadados utilizados pelo MFEC na base de dados são insuficientes para documentar assuntos relacionados ao histórico do ponto de vista do antigo proprietário. Porém, vale ressaltar que tal fato justifica-se pelos formulários disponibilizados dentro do PHL@Elysio referirem-se apenas ao catálogo e ao tombo. Não existindo um formulário exclusivamente dedicado à aquisição ou à entrada desses objetos.

Esse por sua vez, ainda se atém ao processo realizado por meio de fichas de inventário em

papel, mesmo embora algumas dessas fichas tenham sido digitalizadas e disponibilizadas em arquivo na base de dados. Método esse que não permite buscas avançadas por informações de dentro dessas fichas.

Em contraponto a isso, o tópico dedicado aos assuntos relacionados à etapa de catálogo demonstrou a existência de possibilidades de preenchimento dentro das possibilidades de metadados disponibilizados na base. Além disso, suas porcentagens de preenchimento foram consideravelmente altas.

Todavia, apesar de não serem incluídos, o MFEC realiza esporadicamente atualizações de dados frente a informações trazidas pelos detentores dentro dos formulários de catálogo e tombo, isto é, metadados exclusivos para documentar relatos ou falas dos próprios detentores dos saberes tradicionais dentro. Seja com ajuda de visitas técnicas pela reserva, seja por meio de entrevistas com profissionais do próprio CNFCP.

Importante destacar que tais atualizações são feitas tanto na documentação em papel, quanto na base de dados, sendo incluídas informações quanto ao assunto no metadado observações. E, de acordo com Pougy, o museu tem buscado ouvir os detentores de saberes, a fim de atualizar informações inexistentes ou perdidas a respeito de seu acervo:

A gente visitava a reserva com o artista. E nesses momentos começaram a acontecer coisas muito interessantes, de reconhecimento de objetos, de identificação. Muitos objetos que a gente tem como origem ignorada, ou como autor conseqüentemente ignorado, os próprios artistas identificavam. Então, a gente pegou essa informação e corrigiu na ficha (Pougy 2022).

Fora isso, e para além de um olhar focado na documentação museológica, o MFEC já buscou dos próprios artistas a restauração de alguns de seus objetos:

O Adalton restaurou coisas pra gente, a filha dele também restaurou algumas peças dele. Aliás, “O Circo”, o Adalton acabou modificando [...] era uma peça inteira [...]

ele acabou partindo a peça pra gente poder manusear melhor (Pougy 2022).

E, apesar de não existir qualquer projeto ou procedimento que foque na busca pela troca com os detentores dos saberes tradicionais, é nítido o desejo do museu quanto ao assunto, que já busca a partir dessas experiências relatadas o diálogo com esses artistas.

Considerações finais

A partir do levantamento histórico a respeito do Museu de Folclore Edison Carneiro, seus processos de documentação até a chegada da informática, foi possível observar seu esforço em vista da busca pela sua atualização e difusão de seu acervo. Com o início da implementação da base de dados PHL@Elysio, o museu passou a disponibilizar ao grande público informações a respeito de seus objetos, mantendo suas consultas para acesso livre.

Para além disso, o MFEC buscou realizar adaptações na maneira de se documentar, perante as necessidades que o acervo de cultura popular demanda. Seja por meio da criação de novos metadados ou pela adaptação de outros já existentes dentro da base de dados. Logo, sendo possível observar o empenho de uma instituição pública, com número reduzido de funcionários encarregados pela base de dados, no empenho em manter seu acervo no ponto de vista da documentação museológica, preservado.

E ainda, apesar do museu não possuir um programa, projeto ou normas voltadas à busca por informações inexistentes ou perdidas a respeito de seus objetos junto às suas próprias comunidades de origem, ou junto aos detentores dos saberes tradicionais, foi observado um esforço e predisposição quanto a isso.

Com base na aplicação da metodologia exposta no decorrer deste artigo, foi possível observar os pontos fortes e fracos quanto à documentação da instituição, incluindo áreas que necessitam de uma revisão e atenção

maiores. Dessa forma, contribuindo não apenas com o diagnóstico da documentação, como também contribuindo para se repensar as maneiras como tal procedimento tem sido realizado, inclusive sendo possível integrá-lo como parte do plano museológico institucional e com base nas informações levantadas, implantando e/ou programando mudanças que alterarão seu percurso e inovar seus processos.

Assemelhando-se a um diagnóstico museológico ao qual irá colaborar para uma visão integrada e articulada do assunto, ou de um problema específico e até a elaboração de “indicadores de avaliação, associados ou não ao estabelecimento de protocolos e estratégias de controle dos padrões de qualidade” (Cândido 2014: 44).

Dessa maneira, em perspectivas futuras, também se torna interessante a realização de uma análise a partir da Escala de Participação Cidadã (EPC). Metodologia criada em 2020 por Lorena Querol, Elizabete Mendonça e Ana Flávia para avaliação dos processos de inventário participativo do patrimônio imaterial, que é passível de adaptação para avaliação do grau de participação dos detentores dos saberes tradicionais dentro dos processos de documentação museológica no Museu de Folclore Edison Carneiro.

Por fim, foi evidenciada a predominância de lacunas informacionais a respeito dos objetos do bumba meu boi do Maranhão dentro da base de dados, que manteve priorizados metadados relacionados apenas à identificação desses objetos, ou seja, número de registro, nome, autor e material. Não atendo-se a informações quanto ao seu histórico, origem, trajetos ou até seus grupos e sotaques. Fator esse que apenas reforça a importância de se estabelecer um diálogo com os detentores dos saberes tradicionais, trazendo-os como colaboradores para uma documentação museológica que busque o protagonismo desses artistas. E, dessa forma, buscando “identificar aquilo que não foi achado” (Cury 2021), ou seja, as informações que preencherão as lacunas informacionais identificadas ao longo da pesquisa.

Agradecimentos

Primeiramente agradecer a todos os coordenadores do projeto de pesquisa “Objetos/coleções de cultura popular sob a guarda de museus do estado do Rio de Janeiro”: Elizabete Mendonça, minha eterna

incentivadora; Elizabeth Pougy, pela parceria e apoio na realização de trabalhos; e Daniel Reis, pelo apoio e busca por novos olhares. Agradeço igualmente a Jaddy Nascimento e ao Thiago Lucas pelo companheirismo dentro das atividades realizadas dentro do Nugep/Unirio.

GOMES, M. Informational gaps in museum documentation: an analysis on Bumba Meu Boi of Maranhão collection under the custody of the Edison Carneiro Folklore Museum. *R. Museu Arq. Etn.* 41: 197-214, 2023.

Abstract: This article intends to address the importance of the development and application of new methodologies, based on the search for an analysis and diagnosis of the current situation of museological documentation in museums with custody of objects of popular culture. Also, it seeks to publicize some of the preliminary results obtained from the experience of analysis of the museum documentation applied regarding the objects related to the Bumba Meu Boi of Maranhão, under the custody of the Edison Carneiro Folklore Museum (ECFM) in the research project “Objects/collections of popular culture under the custody of museums of the state of Rio de Janeiro”. In addition, this article seeks to briefly address the historicization of the ECFM and the main events prior to its creation, such as the institution of the Brazilian Folklore Defense Campaign (BFDC) until its transformation into the current National Center of Folklore and Popular Culture (NCFPC).

Keywords: Database; Popular Culture; Museological Documentation; Edison Carneiro Folklore Museum; Museology.

Referências Bibliográficas

- Abreu, R. 1990. Por um museu de cultura popular. *Ciências em museus* 2: 61-72.
- BRASIL. Decreto nº 43178, de 05 de fevereiro de 1958. Institui a Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro. *Diário Oficial da União*, p. 2504, 7 fev. 1958. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/91013-institui-a-campanha-de-defesa-do-folclore-brasileiro.html>>. Acesso em: 17/09/2021.
- Cândido, M. M. D. 2014. Cartas de navegação: planejamento museológico em mar revolto. *Cadernos de Sociomuseologia* 48: 35-56.
- Ceravolo, S. M.; Tálamo, M. de F. G. M. 2000. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 10: 241-253.
- CIDOC/ICOM – Comitê Internacional de Documentação/Conselho Internacional de Museus. 2014. *Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC*. Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.

- COLLECTIONS TRUST. 2014. *Spectrum 4.0: padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido*. Tradução: Alexandre Matos. Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.
- CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 2014a. *Manual de Registro e Catalogação do Acervo do Museu de Folclore Edison Carneiro*. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
- CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 2014b. *Tecnologia da informação e informatização de acervos*. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.
- Cury, M. X. 2021. As coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena – Percurso documental, requalificação e colaboração. *Anais do Museu Paulista* 29: 1-39.
- Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2022. *Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Tesouro_de_Folclore_e_Cultura_Popular_Brasileira.PDF>. Acesso em: 09/02/2022.
- Keller, P. 2011. Artesanato em debate: Paulo Keller entrevista Ricardo Gomes Lima. *Revista Pós Ciências Sociais* 8: 187-210.
- Mendonça, E. de C. 2008. *Tesouro e exposições permanentes de folclore e cultura popular: narrativas sobre arte popular elaboradas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (1980-2004[2006])*. Tese de doutorado em Artes Visuais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Mendonça, E. de C.; Sousa, J. N. P. G. de. 2020. Coleções visitáveis: relatos de experiência entre as práticas de ensino sobre documentação em museus e de pesquisa para a gestão na Unirio. *Revista CPC* 15: 375-398.
- Oliveira, E. M. S. de. 2009. *Manual do PHL 8.2*. InfoArte, Gurupi. Disponível em: <acervos.cnfcp.gov.br/phl82/pdf/manual_phl82.pdf>. Acesso em: 22/11/2021.
- Oliveira, V. D. E. de. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: estratégias e redes de resistência na construção da memória da cultura popular brasileira. In: *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: memória e patrimônio*, 2010, Rio de Janeiro.
- Oliveira, V. D. E. de. 2011. *Museu de Folclore Edison Carneiro: poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira*. Tese de doutorado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. PromoArt. Disponível em: <http://cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=128>. Acesso em: 09/03/2023.
- Querol, L. S.; Mendonça, E. de C.; Miguel, A. F. 2020. A participação cidadã nos processos de inventariação do Patrimônio Cultural Imaterial: casos de Brasil e de Portugal. *Interseções* 22: 21-51.
- Rocha, L. M. 2019. Novos tempos, novos processos: conexões entre universos sem pontes. *Museologia e Patrimônio* 12 10-35.